

NOTAS IMPERFEITAS SOBRE A GRANDE GUERRA E AS RELAÇÕES INTERNACIONAIS¹

Carlos Gaspar

Os estudos internacionais têm uma relação genética com a Grande Guerra, que é inseparável da sua institucionalização como disciplina autónoma, da definição do seu *ethos* e da construção de uma teoria das relações internacionais.

Desde logo, o choque brutal causado pela catástrofe sem precedentes que foi a primeira guerra total serviu para demonstrar não só a urgência de transformar as relações entre os estados, mas também a necessidade de estudar sistematicamente a política internacional: em ambos os casos, a prioridade absoluta era impedir a repetição de uma guerra hegemónica. Nesse contexto, a institucionalização dos estudos de relações internacionais como uma disciplina separada das ciências políticas e o desenvolvimento da teoria das relações internacionais fizeram-se paralelamente à reconstrução da ordem internacional². A primeira cátedra de relações internacionais, estabelecida em 1919 na Universidade do País de Gales em Aberystwyth, tinha o nome do Presidente Woodrow Wilson, fundador da Sociedade das Nações, e o seu primeiro titular, Alfred Zimmern, escreveu a primeira história da nova instituição³.

Por outro lado, os estudos internacionais, em plena guerra, demarcaram-se das paixões nacionalistas, ao rubro nesse momento, para defender que as origens da I Guerra Mundial se deviam procurar na própria natureza do sistema de estados. Em 1916, G. Lowes Dickinson, historiador e filósofo, *fellow* do King's College em Cambridge, deu o exemplo indispensável para separar a aná-

RESUMO

Os estudos internacionais têm uma relação genética com a Grande Guerra, que é inseparável da sua institucionalização como disciplina autónoma, da definição do seu *ethos* e da construção de uma teoria das relações internacionais. Numa primeira tentativa impressionista, parece ser possível identificar três interpretações distintas sobre as origens e a natureza da Grande Guerra, que correspondem, *grosso modo*, aos realistas clássicos e às correntes rivais do «realismo defensivo» e do «realismo ofensivo» e da «transição de poder».

Palavras-chave: I Guerra Mundial, teoria das relações internacionais, realismo, poder.

ABSTRACT

SKETCHY NOTES CONCERNING THE GREAT WAR AND INTERNATIONAL RELATIONS

International studies bear a genetic relationship with the Great War, which is indissociable from its institutionalization as an autonomous discipline, the definition of its *ethos* and the elaboration of an international relations theory. On a first attempt, it appears to be possible to identify three distinct interpretations

→

of the origins and nature of the Great War, corresponding, *grosso modo*, to the classic realists and the rival trends of «defensive realism» and the «offensive realism» and the «transition of power».

Keywords: First World War, international relations theory, realism, power.

lise racional dos perigos da ideologia: em vez de escrever sobre a culpa, investigou a causa da guerra «a contra-pé das paixões mais selváticas que se apoderam de todos os povos em tempo de guerra e ameaçam preparar para a Europa um futuro ainda pior do que o seu passado»⁴.

Por último, no seu estudo sobre as origens da guerra, Lowes Dickinson, que foi também o secretário do Comité britânico para a Liga das Nações⁵, definiu a natureza do sistema internacional como uma anarquia. Na sua análise, a emergência dos estados soberanos está na origem da anarquia internacional, descrita como um «estado crónico de guerra» em que «a própria paz é uma guerra latente». A causa da guerra é a anarquia: «Num dado momento, um qualquer Estado pode ser o ofensor imediato, mas a ofensa principal e permanente é comum a todos os estados: é a anarquia que os próprios são responsáveis por perpetuar»⁶. A regra da anarquia é o «dilema do poder e da segurança»⁷, descrito *avant la lettre* por Dickinson: enquanto um Estado tenta obter a supremacia «ao mesmo tempo por motivos de segurança e de dominação», os outros combinam-se para o derrotar e a história move-se «em torno dos dois pólos do império e da balança do poder». Esse padrão histórico continuará a repetir-se até ser possível ou impor a unificação imperial, ou estabelecer «por acordo uma lei comum e uma autoridade comum». No intervalo, persiste a «anarquia fundamental»: «a rivalidade | entre os estados | é sempre a mesma e procede da mesma causa – a defesa e agressão mútua de seres que vivem no “estado de natureza”» hobbesiano⁸.

Os idealistas partilham a visão trágica da política internacional e estão na origem da definição da sua natureza como uma anarquia, que continua a ser essencial e é a única em que se revêm todas as escolas – idealistas, liberais, realistas ou construtivistas⁹ – da teoria das relações internacionais.

As origens da Grande Guerra de 1914-1918, como momento revelador da anarquia e da dinâmica das guerras industriais, têm sido um tema constante nos estudos de relações internacionais, nomeadamente no caso da escola realista, que se desenvolveu, sobretudo, a partir da II Guerra Mundial.

Numa primeira tentativa impressionista, parece ser possível identificar três interpretações distintas sobre as origens e a natureza da Grande Guerra, que correspondem, *grosso modo*, aos realistas clássicos e às correntes rivais do «realismo defensivo» e do «realismo ofensivo» e da «transição de poder». As três interpretações separam os três fundadores da teoria realista das relações internacionais – Hans Morgenthau, Raymond Aron, Kenneth Waltz¹⁰ – dos seus discípulos mais próximos na linha do «realismo defensivo» – Robert Jervis, Stephen van Evera, Jack Snyder¹¹ – e estes últimos das correntes do «realismo ofensivo» e da «transição do poder» – Keir Lieber, Jack Levy e Dale Copeland¹².

O exercício que permite identificar esses três agregados consiste em analisar como responderam a questões clássicas e elementares: a Grande Guerra era inevitável? Se

sim, seria inevitável ter começado em 1914? Quais as causas principais da Grande Guerra? Que tipo de guerra foi a I Guerra Mundial?

A GUERRA DE EQUILÍBRIO

Para Hans Morgenthau, Raymond Aron e Kenneth Waltz, a Grande Guerra era inevitável, mas não tinha de ser travada em 1914. A crise de Sarajevo não foi a primeira crise balcânica, embora tivesse sido a primeira em que estava posta em causa tão directamente a sobrevivência do Império Austro-Húngaro como uma grande potência. No mesmo sentido, também não era a primeira crise entre as grandes potências no período de «Guerra Fria» ou, na fórmula de Hans Delbruck, de «Guerra Seca», que caracterizou a política internacional depois do programa naval alemão precipitar o alinhamento, inédito em tempo de paz, do conjunto das principais potências europeias em duas grandes coligações de peso igual¹³.

A crise final tanto podia ter ocorrido no teatro balcânico, minado pelos separatismos nacionalistas que estavam a desfazer os velhos impérios, como o propósito da questão do Marrocos, ou ainda como consequência da aceleração da corrida armamentista entre a Alemanha, por um lado, e a França e a Rússia, conjunta e solidariamente, por outro. A competição crescente e cada vez mais áspera entre as principais potências, as crises recorrentes, a bipolarização das alianças e a fragilidade crescente da balança do poder europeia eram reconhecidas como causas da Grande Guerra, mas nenhuma determinava, à partida, nem uma data certa, nem mesmo um contexto preferencial de crise para o início da escalada.

Para Aron e Waltz, uma vez que todas as potências relevantes pertenciam ou à Triple Entente ou à Tripla Aliança, era inevitável que a guerra fosse, desde a primeira hora, uma guerra geral¹⁴ – a guerra entre o conjunto das potências europeias cuja repetição tinha sido possível evitar durante quase cem anos, desde o fim das Guerras da Revolução e do Império: as guerras da Crimeia, ou as guerras da unificação alemã, relativamente breves, tinham envolvido apenas uma parte das potências.

Para Morgenthau e Waltz, a causa principal da Grande Guerra devia ser procurada na engrenagem das alianças. Morgenthau cita um diplomata alemão, cuja exclamação na véspera da declaração de guerra – «Maldito sistema de alianças»¹⁵ – sublinhava a excessiva rigidez dos alinhamentos que condicionava o contexto de decisão dos responsáveis alemães que preferiam uma guerra limitada e queriam evitar uma guerra geral, que só podiam evitar se a Inglaterra não alinhasse com a Rússia, uma questão em aberto no Governo de Londres até à violação da neutralidade da Bélgica¹⁶.

Morgenthau definia as alianças como o método da balança do poder, mas as mesmas alianças que sustentavam o equilíbrio entre as potências também podiam ser o seu

A CRISE DE SARAJEVO NÃO FOI A PRIMEIRA CRISE BALCÂNICA, EMBORA TIVESSE SIDO A PRIMEIRA EM QUE ESTAVA POSTA EM CAUSA TÃO DIRECTAMENTE A SOBREVIVÊNCIA DO IMPÉRIO AUSTRO-HÚNGARO COMO UMA GRANDE POTÊNCIA.

modo de destruição: é na «condição de extrema incerteza inerente a qualquer sistema da balança do poder composto por alianças que se devem procurar as razões do fracasso da balança do poder em impedir a Grande Guerra»¹⁷. A incerteza era inerente em todas as alianças até ao momento decisivo final e determinou o quadro em que todos os responsáveis tiveram de decidir nas semanas fatais: em Julho de 1914, ninguém sabia se a Itália ia cumprir as suas obrigações ou escolher a neutralidade (a Alemanha tinha antecipado essa decisão nos seus cálculos: a Itália era irrelevante na balança entre a Triple Entente e a Tripla Aliança); em 30 de Julho, os decisores alemães e austríacos não sabiam se a Rússia se ia opor à decisão da Áustria e proteger a Sérvia para defender a balança balcânica; mesmo depois da declaração de guerra da Rússia, não era claro se a Inglaterra ia estar ao lado da França e da Rússia¹⁸.

Quarenta anos depois, Waltz fez uma análise paralela sobre os malefícios das alianças para sublinhar como, num sistema multipolar, as principais potências não conseguem nem exercer o controle sobre as suas alianças, nem evitar ter de seguir os aliados mais fracos¹⁹: «A interdependência da Tripla Aliança e da Triple Entente significava que, embora qualquer aliado pudesse empenhar

PARA MORGENTHAU, ARON E WALTZ,
A GRANDE GUERRA ERA UMA GUERRA
DE EQUILÍBRIO, MAS ESSA CLASSIFICAÇÃO
COMUM NÃO OS IMPEDIU DE TER ANÁLISES
CONTRASTADAS SOBRE O CONFLITO.

os seus associados, nenhum Estado em qualquer dos dois lados podia exercer o controle»²⁰. Num sistema multipolar, dominado por alianças entre iguais, a Alemanha estava à mercê da Áustria, tal como a Inglaterra da Rússia e da França. A Grande Guerra resultou de um «círculo vicioso»: «Se a Áustria marchasse, a Alemanha tinha de a seguir: a dissolução do império austro-húngaro deixaria a Alemanha isolada no centro da Europa; se a França marchasse, a Rússia tinha de a seguir: uma vitória da Alemanha sobre a França era uma derrota da Rússia.»²¹

Para Morgenthau, Aron e Waltz, a Grande Guerra era uma guerra de equilíbrio, mas essa classificação comum não os impediu de ter análises contrastadas sobre o conflito. Aron definiu a I Guerra Mundial ao mesmo tempo como uma guerra de equilíbrio, para as potências de *status quo*, e uma guerra hegemónica, do lado dos agressores²². A ascensão da Alemanha punha inevitavelmente em causa a balança do poder, pois a sua determinação em ser reconhecida como uma grande potência mundial (*Weltmacht*) tinha como corolário pôr fim à supremacia inglesa e o império britânico não estava preparado para desistir da preponderância internacional para conciliar a vontade de poder que dominava as elites políticas e militares no império alemão. Nesse quadro, a guerra geral revelou uma estratégia alemã de hegemonia europeia²³ ou, na fórmula de Aron, tornou-se uma guerra hegemónica porque o que estava em jogo, independentemente de quem fosse o vencedor, era a hegemonia europeia²⁴.

Morgenthau, pela sua parte, apresentou a guerra de equilíbrio como uma guerra preventiva: «A guerra preventiva é uma resultante natural da balança do poder.»²⁵ Na sua

análise, no caso da Grande Guerra, tanto a Áustria, como a Rússia seguiram paralelamente essa estratégia: a monarquia dual queria mudar a balança balcânica a seu favor de uma vez por todas e não podia adiar mais o momento de intervir decisivamente porque o poder da Rússia estava a crescer exponencialmente. Mas o império czarista não podia admitir essa mudança porque uma vitória decisiva da Áustria sobre a Sérvia tornaria o império dos Habsburgos mais forte do que a Rússia poderia vir a ser nos tempos mais próximos.

A GUERRA ACIDENTAL

Morgenthau, Aron e Waltz reconhecem o princípio do equilíbrio como a regra indispensável da política internacional e o fundador do neo-realismo retirou desse pressuposto essencial a conclusão definitiva de que os estados se devem concentrar nas estratégias de maximização da sua segurança e do seu estatuto relativo de poder, as únicas racionais para garantir a sobrevivência na anarquia que define a ordem do sistema internacional.

Os «realistas defensivos» inscrevem-se nessa linha geral, que caracteriza, nomeadamente, as suas análises das origens da Grande Guerra, descrita como uma guerra acidental, ou uma guerra por inadvertência²⁶ – uma guerra que ninguém queria travar e para a qual todos foram arrastados contra vontade. Se o mote dos realistas clássicos é a fórmula sobre o «maldito sistema de alianças», o dos «realistas defensivos», ou dos historiadores que sustentaram a tese da guerra acidental²⁷, poderia ser a frase célebre com que Lloyd George resume o estado das coisas nas vésperas da catástrofe: «The nations slithered over the brink into the boiling caldron of war without any trace of apprehension or dismay»²⁸.

Nesse sentido, os estudos dos «realistas defensivos» sobre as origens da guerra acidental concentraram-se nos factores que explicavam a ruptura da cooperação entre as potências e a explosão do Verão de 1914²⁹. Robert Jervis defendeu que o «dilema de segurança» nas relações entre as potências podia precipitar uma dinâmica de guerra, quando a estratégia e a tecnologia se conjugavam para fazer com que as partes acreditassem que o Estado que atacasse primeiro teria uma vantagem decisiva. Nesse caso, mesmo uma potência de *status quo* podia ser levada a iniciar uma guerra por temer que a alternativa não fosse a paz mas um ataque dos adversários: foi essa a «causa imediata» da Grande Guerra³⁰. Certas ou erradas, essas percepções provocaram uma «dinâmica de espiral», uma vez que «todas as potências continentais acreditavam que o lado que atacasse primeiro tinha uma vantagem decisiva»³¹.

Stephen van Evera conjugou os factores externos e internos para reconstituir as condições que levaram à «espiral de mobilização» e à «espiral de conflito»³², insistindo na importância decisiva das percepções políticas dos responsáveis políticos e militares, que tendiam a exagerar as ameaças num contexto de crises recorrentes, no qual os opositores do recurso à força perderam gradualmente terreno. O «culto

da ofensiva» dominava as doutrinas militares das grandes potências da Europa continental, cujas elites e, sobretudo, cujas opiniões públicas eram dominadas por um nacionalismo excessivo³³. No mesmo sentido, Jack Snyder valorizou os factores internos: o «culto da ofensiva» era uma ideologia e um instrumento crucial dos estados-maiores para prevalecer sobre as autoridades civis e obter recursos crescentes para os exércitos (e as marinhas de guerra)³⁴.

Esses múltiplos factores criaram as condições em que foi possível a lógica da guerra prevalecer num sistema em que o conjunto dos estados, incluindo a própria Alemanha³⁵, continuou a seguir, até ao fim, uma lógica racional de maximização da sua segurança nacional.

Para os «realistas defensivos», a Grande Guerra foi uma guerra pre-emptiva – uma guerra em que os estados iniciam as hostilidades por antecipação, quando podem ser atacados a qualquer momento, num contexto em que os responsáveis consideram eminente um ataque decisivo, que pode determinar a sua derrota.

Em 1914, segundo Jervis, as potências continentais foram para a guerra para antecipar o que percepcionavam ser ataques eminentes dos seus adversários: como o primeiro acto ofensivo podia ser decisivo, nenhum Estado podia ficar à espera de saber quais eram as intenções dos outros, sob pena de ser derrotado por um dos seus adversários³⁶. A Inglaterra, pela sua parte, não estava ameaçada por um ataque directo contra o seu território, mas não podia ficar de fora e assistir passivamente à derrota da França, que tornaria a Alemanha a potência dominante na Europa.

A guerra pre-emptiva tornou-se mais provável, se não mesmo inevitável, com as doutrinas militares das potências continentais que valorizavam as estratégias ofensivas e defendiam, como no Plano Schlieffen, que um golpe decisivo no início das hostilidades podia assegurar uma vitória rápida: quem pudesse desferir esse golpe em primeiro lugar (*first strike*), antes do outro lado completar as suas preparações para a guerra, teria uma vantagem única e irrepetível.

As doutrinas militares apostavam em estratégias de ofensiva pre-emptiva. Nesse quadro, tudo estava perdido desde a primeira hora: o primeiro passo desencadeava uma lógica de escalada irresistível e imparável, determinada pela necessidade de executar os calendários da mobilização e da deslocação, tão rápida quanto possível, dos exércitos para as frentes. A mobilização austríaca anunciava a ofensiva contra a Rússia em que os exércitos alemães estariam certamente ao lado dos seus aliados; a mobilização russa, inicialmente apresentada apenas como uma mobilização parcial contra os austríacos e como uma forma de pressão, anunciava um ataque da Rússia, conjugado com uma ofensiva francesa na fronteira oposta da Alemanha; a mobilização alemã era o sinal precursor do início das hostilidades na frente ocidental contra o reino dos Belgas e contra a França.

O historiador A. J. P. Taylor resumiu as origens da Grande Guerra na sua fórmula célebre – «War by timetable» – e escreveu que «a única causa para o início da guerra em 1914 foi o Plano Schlieffen, produto na crença na velocidade e na ofensiva»³⁷.

O primeiro passo era fatal e a escalada só podia terminar com o envolvimento de todas as potências e a vitória decisiva de uma das partes. Ironicamente, o respeito pelos melhores princípios do «realismo defensivo» não impedia os estados de estarem reféns de estratégias que tornavam possível realizar os objectivos típicos das estratégias hegemónicas, as mesmas que os «realistas ofensivos» consideram próprias da natureza da competição entre as potências numa ordem anárquica.

A GUERRA PREVENTIVA

A posição dos «realistas defensivos» foi posta em causa, sucessivamente, pelo «realismo ofensivo», com Keir Lieber, pela teoria da «transição do poder», com Jack Levy, e ainda por Dale Copeland: o primeiro retomou a tese de Aron sobre a guerra hegemónica³⁸, os outros dois seguiram Morgenthau sobre a guerra preventiva³⁹.

Na última vaga realista, a tese da guerra acidental desapareceu por completo: a Grande Guerra não só passou a ser inevitável, como devia ser travada em 1914, o mais tardar. O adiamento era um risco crescente, nomeadamente para a Alemanha, triplamente ameaçada, em primeiro lugar, pela grande coligação global que a Inglaterra estava a construir com os Estados Unidos, a Rússia e o Japão e que anulava as pretensões da potência emergente para se transformar numa «potência mundial»⁴⁰, em segundo lugar, pela aceleração impressionante dos programas de armamentos da França e da Rússia, que as autoridades alemãs não conseguiam acompanhar, nomeadamente pela oposição parlamentar dos social-democratas⁴¹ e, em terceiro lugar, pela vulnerabilidade crescente do seu principal aliado, com a ascensão dos nacionalismos e dos separatismos, reforçados pelas duas guerras balcânicas, que ameaçavam desfazer a monarquia dual.

Lieber defendeu que novas investigações históricas⁴² mostravam que a Alemanha tinha uma clara estratégia hegemónica e que o seu comportamento antes do início das hostilidades era «mais intencional do que acidental e mais motivado pela vontade de expansão do que pelo medo do cerco»⁴³. Nesse contexto, a análise dos «realistas defensivos» sobre a guerra acidental entre potências conservadoras centradas na maximização da sua segurança deixava de poder ser validada pelos factos históricos, os quais, pelo contrário, confirmavam a visão trágica dos «realistas ofensivos» sobre a lógica do poder manifesta na estratégia de expansão da Alemanha⁴⁴: as origens da Grande Guerra, muito classicamente, deviam encontrar-se na vontade hegemónica da potência do meio, a principal potência emergente no princípio do século XX.

NA ÚLTIMA VAGA REALISTA, A TESE DA GUERRA ACIDENTAL DESAPARECEU POR COMPLETO: A GRANDE GUERRA NÃO SÓ PASSOU A SER INEVITÁVEL, COMO DEVIA SER TRAVADA EM 1914, O MAIS TARDAR. O ADIAMENTO ERA UM RISCO CRESCENTE, NOMEADAMENTE PARA A ALEMANHA, TRIPLAMENTE AMEAÇADA

A guerra hegemónica de Lieber é a guerra preventiva de Levy e de Copeland, independentemente das diferentes avaliações de cada um sobre o sentido ofensivo ou defensivo da estratégia alemã.

Na teoria da «transição do poder» (*power transition*), a guerra preventiva tem como finalidade interromper, ou neutralizar, a ascensão de uma grande potência e impedir uma mudança adversa na distribuição do poder (*power shift*) pela derrota militar do perturbador dos equilíbrios. Na versão original⁴⁵, as guerras preventivas são iniciadas pela potência hegemónica numa tentativa para adiar o seu declínio ou recuperar o seu dinamismo estratégico.

Jack Levy propõe uma nova definição que separa dois tipos de guerra preventiva – a versão original, em que a potência hegemónica procura preservar o *status quo*, e uma nova categoria adicional de «guerras preventivas revisionistas», em que uma potência ascendente tenta não perder a sua oportunidade de substituir a potência hegemónica: «Se um Estado com ambições hegemónicas antecipa uma mudança adversa de poder prejudicial à realização dos seus objectivos revisionistas, adopta uma estratégia de guerra preventiva para bloquear essa mudança de poder e obter uma posição hegemónica»⁴⁶.

Essa situação tem afinidades com a análise histórica de Fritz Fischer, que o próprio Levy cita nos seguintes termos:

«Não restam dúvidas de que a guerra que os políticos alemães fizeram em Julho de 1914 não foi uma guerra preventiva travada por causa do “medo e do desespero”. Foi uma tentativa para derrotar as potências inimigas antes que estas se revelassem demasiado fortes e para | impor | a hegemonia da Alemanha na Europa.»⁴⁷

De resto, a recentragem da análise das origens da Grande Guerra na estratégia da Alemanha revela uma afinidade evidente entre as estratégias de expansão do II e do III Reich: em 1914, como em 1939 (e, mais ainda, em Junho de 1941), a política alemã segue a linha da estratégia revisionista de guerra preventiva.

Levy não deu por demonstrada, em termos definitivos, a sua hipótese sobre as origens da Grande Guerra⁴⁸. Pelo contrário, Dale Copeland não tinha, e continua a não ter quaisquer dúvidas sobre a natureza da Grande Guerra como uma guerra preventiva. A sua tese é, ao mesmo tempo mais clássica (próxima, entre outras, da visão pessimista dos conservadores alemães, como o chanceler Bethmann-Hollweg) e mais radical (no sentido em que desvaloriza a complexidade do contexto internacional).

Na sua interpretação, a I Grande Guerra teve uma única causa principal: «o medo profundo dos dirigentes alemães que temiam o declínio irreversível da sua nação perante a ascensão do colosso russo»⁴⁹. Copeland, como os «realistas defensivos», defendeu que as motivações da Alemanha eram essencialmente a procura da segurança: desde 1912, os responsáveis civis e militares em Berlim viviam sob a ameaça do crescimento russo – até ao fim, Bethmann-Hollweg continuou a dizer que «O futuro pertence à Rússia»⁵⁰ – e estavam preparados para uma guerra preventiva⁵¹. Mas, independentemente de um juízo definitivo sobre as estratégias

alemãs, uma guerra preventiva contra a Rússia, com motivações defensivas ou determinada pela vontade de poder, não podia deixar de se transformar numa guerra geral (mesmo se subsistissem dúvidas acerca da posição final da Inglaterra até ao momento da invasão da Bélgica), na qual, por definição, estava em jogo a hegemonia europeia.

NOTAS FINAIS

O debate sobre a Grande Guerra nos estudos de estratégia e das relações internacionais não acabará enquanto houver capacidade de inovação teórica ou, alternativamente, novos estudos históricos que fundamentem novas análises. Em todo o caso, a análise dos três agregados interpretativos justifica três curtas notas finais.

Em primeiro lugar, a Grande Guerra, se não o era, tornou-se inevitável e foi uma guerra geral desde o início. Essa é a sua grande marca distintiva, que a separa tanto das Guerras da Revolução e do Império, como da II Guerra Mundial, que demorou mais de dois anos, entre Setembro de 1939 e Dezembro de 1941, até envolver o conjunto das grandes potências internacionais. Por certo, os argumentos dos «realistas defensivos» são relevantes: não é possível separar a Grande Guerra do nacionalismo extremo, do «culto da ofensiva» e dos problemas criados pelos erros de percepção e de avaliação das ameaças. Mas a deterioração das relações diplomáticas entre as potências, a par da fragilidade da balança do poder, torna difícil sustentar que a I Guerra Mundial foi um acidente, ou uma guerra que ninguém queria travar.

Em segundo lugar, é importante sublinhar a questão das alianças, num registo clássico, com Morgenthau, ou num registo sistémico, com Waltz. A bipolarização do sistema multipolar, em que duas grandes coligações equivalentes integram o conjunto das principais potências, nunca devia ter existido em tempo de paz – não existiu antes, nem voltou a existir nessas circunstâncias – e revelou ser a verdadeira expressão do «pesadelo das alianças», para evocar a fórmula do príncipe de Bismarck. A bipolarização do sistema multipolar anulou a flexibilidade indispensável que torna possível as alianças serem o método da balança do poder: o equilíbrio quase perfeito entre a *Triple Entente* e a *Tripla Aliança* acumulava os defeitos da rigidez bipolar e da incerteza multipolar.

Em terceiro lugar, é pertinente sublinhar as diferenças entre as potências conservadoras e as potências revisionistas, que continuam a ser desvalorizadas pelas escolas estruturalistas. Fora dessa referência conceptual, é difícil reconhecer o dinamismo extraordinário da ascensão da Alemanha, e também da Rússia, ou o declínio da França, que prevaleceram sobre a determinação da Inglaterra em travar o perturbador alemão. No mesmo sentido, a distinção entre potências conservadoras e revisionistas serve também para assinalar a circunstância, única à data, da ascensão paralela de duas grandes potências revisionistas continentais – a Rússia e a Alemanha – que nenhuma análise sobre as origens da Grande Guerra deve ignorar. ¹⁸

Data de recepção: 9 de Abril de 2014 | Data de aprovação: 12 de Maio de 2014

- 1 A pedido do autor o texto não adota as normas do Novo Acordo Ortográfico.
- 2 BULL, Hedley – «The theory of international politics (1919-1969)». In PORTER, Brian (ed.) – *The Aberystwyth, Papers. International Politics (1916-1969)*. Londres: Oxford University Press, 1972, pp. 30-55.
- 3 ZIMMERN, Alfred – *The League of Nations and the Rule of Law (1918-1935)*. Londres: MacMillan, 1936.
- 4 DICKINSON, G. Lowes – *The European Anarchy*. Nova York: MacMillan, 1916, p. 17. Ver também DICKINSON, G. Lowes – *The International Anarchy (1904-1914)*. Londres: Allen&Unwin, 1926. Ver também SCHMIDT, Brian – *The Political Discourse of Anarchy*. Nova York: State University of New York Press, 1998.
- 5 Martin Wight admite que Lowes Dickinson tenha sido ele próprio o autor do nome da futura League of Nations. WIGHT, Martin – *Power Politics*. Londres: Royal Institute of International Affairs, 1945, p. 33.
- 6 DICKINSON, G. Lowes – *The European Anarchy*. Nova York: MacMillan, 1916, p. 14.
- 7 É essa a fórmula original de John Herz para o seu famoso «dilema de segurança». HERZ, John – «Idealist internationalism and the security dilemma». In *World Politics*. Vol. 2, N.º 29, 1950, p. 157. Ver também HERZ, John – *Political Realism and Political Idealism*. Chicago: University of Chicago Press, 1951, pp. 14-17.
- 8 DICKINSON, G. Lowes – *The European Anarchy*, pp. 14-16.
- 9 Ver, *inter alia*, DICKINSON, G. Lowes – *The European Anarchy*; WIGHT, Martin – *Power Politics*. Londres: Royal Institute of International Affairs, 1945; ARON, Raymond – «The anarchical order of power». In *Daedalus*. Vol. 95, N.º 2, 1966, pp. 479-502; BULL, Hedley – *The Anarchical Society*. Columbia: Columbia University Press, 1977; WALTZ, Kenneth – *Theory of International Politics*. Nova York: McGraw-Hill, 1979; WENDT, Alexander – *The Social Theory of International Politics*. Cambridge: Cambridge University Press, 1999.
- 10 MORGENTHAU, Hans – *Politics Among Nations. The Struggle for Power and Peace*. Nova York: Knopf, 1948; ARON, Raymond – *Les guerres en chaîne*. Paris: Gallimard, 1951; ARON, Raymond – *La société industrielle et la guerre [Suivi d'un tableau de la diplomatie mondiale en 1958]*. Paris: Plon, 1958; WALTZ, Kenneth – «The origins of war and Neorealist theory». In Kenneth Waltz – *Realism and International Politics*. Nova York: Routledge, 1988, pp. 56-66.
- 11 JERVIS, Robert – *Perceptions and Misperceptions in International Politics*. Princeton: Princeton University Press, 1976; VAN EVERA, Stephen – «The cult of the offensive and the origins of the First World War» (1984). In MILLER, Steven, e LYNN-JONES, Sean (eds.) – *Military Strategy and the Origins of the First World War*. Princeton: Princeton University Press, 1991, pp. 59-108; SNYDER, Jack – «Civil-military relations and the cult of the offensive» (1984). In MILLER, Steven, e LYNN-JONES, Sean (eds.) – *Military Strategy and the Origins of the First World War*, pp. 20-58; SNYDER, Jack, e LIEBER, Keir – «Correspondence: Defensive Realism and the "New" History of World War I». In *International Security*. Vol. 33, N.º 1, 2008, pp. 174-194.
- 12 LIEBER, Keir – «The new history of World War I and what it means for international relations theory». In *International Security*. Vol. 32, N.º 2, 2007, pp. 155-191; SNYDER, Jack – «The sources of preventive logic in German decision-making in 1914». In LEVY, Jack, e VASQUEZ, John (eds.) – *The Outbreak of the First World War*. Cambridge: Cambridge University Press, 2014, pp. 139-166; COPELAND, Dale – «International relations theory and the three great puzzles of the First World War». In LEVY, Jack, e VASQUEZ, John (eds.) – *The Outbreak of the First World War*, pp. 167-198.
- 13 Sobre as origens da Grande Guerra, ver, *inter alia*, JOLL, James – *The Origins of the Great War*. Londres: Longman, 1984; MACMILLAN, Margaret – *The War that Ended Peace*. Nova York: Random House, 2013; CLARK, Christopher – *The Sleepwalkers*. Nova York: Harper Collins, 2013; MCMEEKIN, Sean – *July 1914*. Nova York: Basic Books, 2013; ver também FISCHER, Fritz – *Germany's Aims in the First World War*. Nova York: Norton, 1967; ver ainda KOCH, H. W. (ed.) – *The Origins of the First World War*. Londres: MacMillan, 1984.
- 14 ARON, Raymond – *Les guerres en chaîne*. Paris: Gallimard, 1951, p. 20. WALTZ, Kenneth – «The Origins of War and Neorealist Theory», 1988.
- 15 MORGENTHAU, Hans – *Politics Among Nations. The Struggle for Power and Peace*, p. 155.
- 16 TREVELYAN, G. M. – *Grey of Fallodon*. Londres: Longmans, 1937, pp. 243-269; FALLODON, Viscount Grey of – *Twenty Five Years (1892-1916)*, I: XVI. Nova York: Frederick Stores, 1925.
- 17 MORGENTHAU, Hans – *Politics Among Nations. The Struggle for Power and Peace*, p. 154.
- 18 *Ibidem*, pp. 152-153.
- 19 Os perigos das alianças nos sistemas multipolares são um tema emblemático de Kenneth Waltz e um dos seus principais argumentos na defesa da estabilidade bipolar. WALTZ, Kenneth – *Theory of International Politics*, 1979, pp. 163-170.
- 20 WALTZ, Kenneth – «The origins of war and Neorealist theory», 1988, p. 60.
- 21 WALTZ, Kenneth – *Theory of International Politics*, p. 167; WALTZ, Kenneth – «The origins of war and Neorealist theory», 1988, p. 60.
- 22 ARON, Raymond – *Espoir et peur du siècle. Essais non partisans*. Paris: Calmann-Lévy, 1957, p. 18.
- 23 DEHIO, Ludwig – «Thoughts on Germany's mission» (1900-1918), 1955. In DEHIO, Ludwig – *Germany and World Politics in the Twentieth Century*. Nova York: Knopf, 1960, pp. 72-108.
- 24 ARON, Raymond – *Espoir et peur du siècle. Essais non partisans*, p. 18.
- 25 MORGENTHAU, Hans – *Politics Among Nations. The Struggle for Power and Peace*, p. 155.
- 26 Como nota Marc Trachtenberg, a guerra acidental era um tema obrigatório nas análises estratégicas norte-americanas sobre o risco de guerra nuclear, que referiam frequentemente o precedente da Grande Guerra, incluindo os estudos de Thomas Schelling, Graham Allison ou Paul Bracken. TRACHTENBERG, Marc – «The meaning of mobilization in 1914». In MILLER, Steven, e LYNN-JONES, Sean (eds.) – *Military Strategy and the Origins of the First World War*. Princeton: Princeton University Press, 1991, p. 195.
- 27 Por exemplo, Barbara Tuchman, cujo livro estava à cabeça do Presidente John Kennedy durante a crise dos mísseis de Cuba, em Outubro de 1962. Essa referência, cuja importância na decisão política continua a ser difícil de avaliar, parece ser a única ligação material entre as origens da Grande Guerra e as crises nucleares da segunda metade do século XX. TUCHMAN, Barbara – *The Guns of August*. Nova York: MacMillan, 1962; SORENSON, Ted – *Counsellor*. Nova York: HarperCollins, 2008; ALLISON, Graham – *Essence of Control*. Nova York: Addison-Wesley, 1971.
- 28 GEORGE, David Lloyd – *War Memoirs*. Vol. I, N.º 32. Londres, 1938.
- 29 VAN EVERA, Stephen – «Why cooperation failed in 1914». In OYE, Kennet (ed.) – *Cooperation under Anarchy*. Princeton: Princeton University Press, 1986, pp. 80-117.
- 30 JERVIS, Robert – *Perceptions and Misperceptions in International Politics*, p. 67.
- 31 *Ibidem*, p. 94.
- 32 VAN EVERA, Stephen – «The cult of the offensive and the origins of the First World War» (1984). In MILLER, Steven, e LYNN-JONES, Sean (eds.) – *Military Strategy and the Origins of the First World War*. Princeton: Princeton University Press, 1991, pp. 106-108; VAN EVERA, Stephen – «Why cooperation failed in 1914» (1986), p. 81. Ver também VAN EVERA, Stephen – *Causes of War. Power and the Roots of Conflict*. Ithaca: Cornell University Press, 1999, pp. 193-239.

- 33** VAN EVERA, Stephen – «The cult of the offensive and the origins of the First World War»; VAN EVERA, Stephen – «Why cooperation failed in 1914», p. 81; ver também VAN EVERA, Stephen – «Hypothesis on nationalism and war» (1994). In BROWN, Michael, COTÉ, Owe, LYNN-JONES, Sean, e MILLER, Stephen (eds.) – *Theories of War and Peace*. Cambridge: MIT Press, 1998, pp. 257-291.
- 34** SNYDER, Jack – «Civil-military relations and the cult of the offensive» (1984). In MILLER, Steven, e LYNN-JONES, Sean (eds.) – *Military Strategy and the Origins of the First World War*. Princeton: Princeton University Press, 1991, pp. 29-249; ver também SNYDER, Jack – *The Ideology of the Offensive: Military Decision-Making and the Disasters of 1914*. Ithaca: Cornell University Press, 1984.
- 35** Robert Jervis não deixa de referir a tese de Fritz Fischer sobre a determinação hegemônica da Alemanha, para acentuar as divisões entre os historiadores na análise das origens da Grande Guerra. JERVIS, Robert – *Perceptions and Misperceptions in International Politics*, pp. 94 fn.70.
- 36** JERVIS, Robert – *Perceptions and Misperceptions in International Politics*, p. 94.
- 37** TAYLOR, A. J. P. – *War by Time-table. How the First World War Began*. Londres: Macdonald, 1969, p. 121.
- 38** LIEBER, Keir – «The new history of World War I and what it means for international relations theory», 2007; SNYDER, Jack, e LIEBER, Keir – «Correspondence: defensive realism and the "New" History of World War I», 2008.
- 39** COPELAND, Dale – *The Origins of Major War*. Ithaca: Cornell University Press, 2000; COPELAND, Dale – «International relations theory and the three great puzzles of the First World War», 2014; LEVY, Jack, e VASQUEZ, John (eds.) – *The Outbreak of the First World War*.
- 40** DEHIO, Ludwig – *The Precarious Balance*. Princeton: Princeton University Press, 1962, pp. 234-240.
- 41** SIMMS, Brendan – *Europe: The Struggle for Supremacy*. Londres: Allen Lane, 2013, pp. 283-293. Sobre a Rússia, ver também MCMEEKIN, Sean – *The Russian Origins of the First World War*. Cambridge: Belknap, 2011.
- 42** A referência principal de Lieber são os estudos de Terence Zuber que denunciam o Plano Schlieffen como uma invenção do Estado-Maior alemão para justificar a posteriori a sua derrota na ofensiva crucial de 1914. LIEBER, Keir – «The new history of World War I and what it means for international relations theory», 2007, pp. 13-23.
- 43** *Ibidem*, p. 191.
- 44** *Ibidem*, pp. 165-166. A análise de John Mearsheimer, mais subtil, combina fatores ofensivos e defensivos na estratégia da Alemanha: «A decisão da Alemanha de avançar para a guerra em 1914 [foi] um risco calculado motivado pela vontade da Alemanha de romper o cerco da *Triple Entente*, impedir o crescimento da Rússia e tornar-se a potência hegemônica da Europa». MEARSHEIMER, John – *The Tragedy of Power Politics*. Nova York: W. W. Norton, 2000, p. 215.
- 45** ORGANSKI, A. F. K. – *World Politics*. Nova York: Alfred Knopf, 1958.
- 46** LEVY, Jack, e VASQUEZ, John (eds.) – *The Outbreak of the First World War*, pp. 144-145.
- 47** FISHER, Fritz – *War of Illusions. German Policies from 1911 to 1914*. Nova York: W. W. Norton, 1975, p. 470.
- 48** LEVY, Jack, e VASQUEZ, John (eds.) – *The Outbreak of the First World War*, pp. 163-166.
- 49** COPELAND, Dale – «International relations theory and the three great puzzles of the First World War», p. 168.
- 50** COPELAND, Dale – *The Origins of Major War*, p. 83. A citação é tirada do diário do principal assessor do chanceler Bethmann Hollweg, na entrada datada de 7 de Julho de 1914. Karl Erdmann, editor (1972). Kurt Riezler. *Tagebucher, Aufsatze, Dokumente: 192-193*. Colónia: Vandenhoeck&Ruprecht. Margaret MacMillan recorda a esse propósito que Bethmann-Hollweg se recusava a plantar novas árvores no seu domínio prussiano porque este estaria certamente nas mãos da Rússia antes deslas poderem crescer. MACMILLAN, Margaret, 2013, pp. 527.
- 51** COPELAND, Dale – *The Origins of Major War*, pp. 61-72.